

A DIVERSIFICAÇÃO DAS PARCERIAS DO BRASIL EM DEFESA ENTRE 2023 E 2025

Plínio Cardoso¹

Marianne Wiesebron²

Este artigo busca identificar as iniciativas do governo brasileiro para a diversificação das parcerias em defesa entre 2023 e 2025 (governo Lula III). Parte-se de um panorama dos acordos realizados nos anos anteriores para fornecer um breve contexto. O foco deste estudo é a identificação, nos meios oficiais e nos meios jornalísticos especializados, de acordos no setor ocorridos no referido período, ainda que o negócio comercial não possua imediata repercussão na política exterior brasileira. Destaque é dado à tentativa de conseguir um parceiro chinês para a Avibras em 2024, o que fracassou. Além disso, esta contribuição cataloga e relaciona tais iniciativas ao propagado esforço de revitalização da indústria de defesa e à busca de diversificação de fornecedores e parceiros tecnológicos.

O Brasil desenvolve diversos projetos de parceria na área de defesa com nações de todos os continentes. As atividades resultantes da implementação desses acordos são realizadas diretamente por cada força armada, ante a peculiar autonomia decisória de cada força na aquisição de armas observada no Brasil, mas também pelos ministérios da Defesa e das Relações Exteriores, sendo neste por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC).

Destacam-se dentre as iniciativas de cooperação em defesa os seguintes projetos: a formação da Marinha de Guerra da Namíbia; a Missão Técnica Aeronáutica Brasileira (MTAB) no Paraguai, que ocorre desde 1982; o acordo com Cabo Verde, que inclui uma missão naval do Brasil naquele país; a doação de uniformes à Guarda Costeira cabo-verdiana e a realização exercícios conjuntos; e as parcerias com a vizinha Argentina, que abrangem o setor de defesa cibernética, o apoio à operação brasileira na Antártica e a participação no projeto da aeronave de transporte Embraer KC-390 Millennium (Brasil 2024a).

1 Universidade de Leiden, Leiden, Países Baixos. E-mail: plinio.brazil@gmail.com. ORCID: 0000-0003-1393-7401.

2 Universidade de Leiden, Leiden, Países Baixos. E-mail: marianne.wiesebron@skynet.be.

Além desses acordos mais conhecidos, o Brasil já buscou parceiros mais distantes do seu entorno estratégico. Por exemplo, a Força Aérea Brasileira iniciou tratativas com a Ucrânia em 2003 para lançar o foguete Cyclone-4, um projeto mal-sucedido que acabou encerrado em 2015 (Almeida Filho 2025, 287-301). Da Rússia, o Brasil adquiriu 12 helicópteros de ataque MI-35, já abandonados e revendidos, além de cogitar a aquisição de sistemas de defesa antiaérea daquele país (Padilha 2017). Por fim, vale mencionar a parceria com o chamado Grupo de Visegrád (Hungria, Polônia, República Checa e Eslováquia), que envolve Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear (DQBRN), defesa cibernética e inclui a participação da República Checa no desenvolvimento da aeronave de transporte KC-390 Millennium. A novidade é a aproximação com a Polônia.

Polônia. Em dezembro de 2025, a Embraer assinou memorandos de entendimento com a estatal polonesa PGZ (Polska Grupa Zbrojeniowa S.A.) para a cooperação industrial com transferência de tecnologias relacionadas à aeronave KC-390 Millennium (Cardoso 2025). O interesse polonês nessa aeronave deve ser entendido no contexto da ocupação russa na Crimeia desde 2014. Desde 2022, quando as tropas russas alcançaram localidades próximas a Kiev, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) tem pressionado o aumento dos investimentos em defesa nos países membros. A adoção de padronizações e o compartilhamento de fornecedores confiáveis são algumas das características da aliança transatlântica. Nesse sentido, nota-se que Portugal, também membro da OTAN, é o maior parceiro internacional do programa de desenvolvimento da aeronave KC-390 Millennium.

Portugal. Em outubro de 2023, entrou em serviço a primeira das cinco aeronaves KC-390 Millennium que tinham sido contratadas à Força Aérea Portuguesa em 2019. Na Europa, além de Portugal e da Polônia, a Hungria possui uma aeronave KC-390 Millennium em serviço desde 2024. Ainda no âmbito da OTAN, nota-se que Países Baixos, Áustria e República Tcheca já manifestaram interesse em operar a aeronave brasileira (Embraer 2023). Isso significa um potencial de oferecimento de serviços decorrentes do seu uso, o que inclui manutenção, treinamento, suprimento de peças e sistemas e novas aquisições.

O caso português ilustra isso bem e demonstra a internacionalização de empresas estratégicas brasileiras, o que tem sido fomentado nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT). A Embraer ganhou a licitação da privatização da estatal portuguesa OGMA em 2004 (governo Lula I), tornando-se primeiramente sua acionista e depois controladora em 2012 (governo Dilma). No caso da Embraer, o governo brasileiro, apesar de tê-la privatizado, ainda possui poder para vetar o controle estrangeiro sobre a direção da empresa

(*golden share*), algo que o governo Bolsonaro tentou derrubar para permitir a sua aquisição pela estadunidense Boeing.

Os testes para a entrada em operação da aeronave KC-390 Millennium, realizados pela empresa OGMA, resultaram na capacitação da indústria aeronáutica portuguesa. Nesse sentido, o acordo de abril de 2023 permitiu que a OGMA possa produzir uma versão adaptada ao padrão OTAN da aeronave A-29 Super Tucano, que já é usada por 16 países (TV Brasil 2023). Além do presidente Lula, esteve também presente à cerimônia deste acordo o então primeiro-ministro português António Costa, que atualmente preside o Conselho Europeu e, por isso, possui alguma influência nas decisões sobre segurança e política externa da União Europeia. Além disso, em 2025, o governo português contratou a aquisição de uma sexta aeronave e demonstrou o interesse em adquirir até dez aeronaves KC-390 Millennium adicionais para oferecimento a outros países, notadamente da OTAN, em um modelo de negócio a ser intermediado pelos portugueses (Força Aérea Portuguesa 2025).

Esta parceria bem-sucedida com Portugal é um exemplo de como as relações diplomáticas podem resultar em sinergia na indústria e nas instituições de defesa. Portugal representa a possibilidade de expansão da Embraer no aquecido mercado da OTAN. Além disso, esta parceria permite à Força Aérea Brasileira encontrar em Portugal um *hub* logístico confiável para as operações aéreas transatlânticas, o que tem se demonstrado vital desde as operações de transporte de vacinas durante a pandemia de COVID-19 até mais recentemente na repatriação de brasileiros. A localização estratégica de Portugal pôde ser observada, por exemplo, em outubro de 2024, quando a FAB conseguiu resgatar 1.105 brasileiros da zona de conflito no Líbano em apenas oito dias, graças à possibilidade de reabastecimento em Lisboa (Agência Força Aérea 2024).

Apesar de ser nítido o esforço do Brasil em diversificar suas relações comerciais na área de defesa, com iniciativas inclusive visando à autossuficiência, o País permanece, em regra, colocando-se na dependência do fornecimento de meios e sistemas de armas provenientes dos membros da OTAN. Isso ocorre, por exemplo, com as aquisições de fragatas, submarinos e aeronaves de combate. O Programa Fragatas Classe Tamandaré, de 2017 e em pleno desenvolvimento, é liderado pela empresa alemã Thyssenkrupp Marine Systems (tkMS).

O programa de modernização dos submarinos, por sua vez, é conduzido com a francesa Naval Group e, após a transferência tecnológica, com construção no Brasil. E o programa de modernização dos caças, que vem sendo desenvolvido desde 2015 e buscou substituir os estadunidenses F-5 pelos F-39 Gripen, ocorre em conjunto com a sueca Saab — com a ressalva de que

a Suécia tornou-se membro da OTAN somente em 2024. Apesar da referida dependência em países membros da OTAN, os programas mencionados têm em comum a transferência de tecnologia às Forças Armadas brasileiras e às empresas nacionais (Campos 2026).

Tais parcerias decorrem do interesse brasileiro em parcerias com indústrias de produtos de defesa altamente qualificadas, como as encontradas na França, na Alemanha e na Suécia. Essa aproximação com tais países pode habilitar a indústria de defesa brasileira a fornecer para os países da OTAN, cujos gastos em defesa vêm aumentando, notadamente após o cerco russo a Kiev em 2022. Além disso, os membros da OTAN, sucumbindo à pressão de Trump, aceitaram aumentar os gastos com segurança e defesa até 2025 para, respectivamente 1,5% e 3,5% do produto interno bruto até 2035 (OTAN 2025). E isso pode abrir um mercado para os produtos e serviços brasileiros. A seguir, são mencionadas as parcerias com países extra-OTAN entre 2023 e 2025.

Emirados Árabes. O mais impressionante acordo de diversificação de parceria em defesa foi celebrado em 2023 com o EDGE Group. Fundado em 2019, o EDGE é um conglomerado de empresas controlado pelo governo dos Emirados Árabes com estratégia de forte expansão no mercado global de defesa. Em abril daquele ano, a Marinha do Brasil e o EDGE Group assinaram um acordo para acelerar o desenvolvimento do Míssil Antinavio Nacional de Superfície (MANSUP). A importância do acordo decorre da futura produção em escala industrial desse míssil, que irá equipar as quatro novas fragatas Classe Tamandaré (Agência Marinha de Notícias 2023). Naquele mesmo mês, o EDGE Group abriu um escritório em Brasília e, desde então, tem realizado aquisições de empresas brasileiras e anunciado investimentos no Brasil que alcançam US\$3 bilhões (CNN Brasil 2026).

Em 2023, o EDGE adquiriu 50% da SIATT (antiga Mectron), empresa brasileira especializada na produção de mísseis antinavio localizada em São José dos Campos. Esse negócio permitiu à EDGE não só o acesso às tecnologias desenvolvidas para o MANSUP por engenheiros brasileiros, míssil que poderá ser exportado para a África, Sudeste Asiático e América Latina, mas também estabelecer um fornecedor seguro de mísseis para o seu controlador. Exemplo disso foi o EDGE ter intermediado um negócio de US\$300 milhões em mísseis da SIATT para o governo dos Emirados Árabes em 2024, o que permitiu à empresa brasileira exportar pela primeira vez (Poder Naval 2024; EDGE Group 2025).

Ainda em 2024, o EDGE adquiriu o controle da Condor, fabricante de armamentos não letais com clientes em mais de 80 países (Infomoney 2026). Desde então, houve manifestação de interesse da empresa de Abu Dhabi

no desenvolvimento em território nacional de radares, em parceria com a espanhola Indra, e em soluções de defesa cibernética para a Marinha do Brasil (Aeroin 2026; EDGE Group 2026). É importante ressaltar que o interesse no Brasil decorre, além dos engenheiros especializados, da capacidade industrial instalada e da matéria-prima disponível, em ter todos esses fatores reunidos em região distante de conflitos armados, observadas as graves consequências de um bloqueio no Oriente Médio, tal como visto no atual conflito entre EUA e Israel contra o Irã.

Benin. Em 2023, Brasil e Benin celebraram um tratado internacional de cooperação que foi aprovado pelo Senado em dezembro de 2025. O documento prevê projetos conjuntos de formação e treinamento militar, a realização de exercícios combinados, a troca de informações estratégicas e a cooperação em relação a materiais, equipamentos e serviços de defesa. O acordo inclui ainda intercâmbio de métodos e procedimentos usados em operações de segurança e defesa, especialmente em missões internacionais de paz, bem como o compartilhamento de conhecimentos em ciência e tecnologia (Agência Senado 2025).

Arábia Saudita. Em 2024, o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Geraldo Alckmin, e o ministro da Defesa da Arábia Saudita, o príncipe Khalid bin Salman, assinaram, em Riade, um acordo de cooperação em defesa. A parceria prevê cooperação em 11 áreas estratégicas: indústria da defesa (missão 6 do plano Nova Indústria Brasil); troca de informações; transferência de tecnologias; financiamento de sistemas militares; treinamento militar conjunto; compra e venda de materiais; pesquisa, desenvolvimento e estudos em projetos de defesa; gerenciamento de emergências e crises; serviços militares de saúde; e suporte logístico. Este acordo atualiza e fortalece o compromisso estabelecido pelo Protocolo de Cooperação Industrial-Militar entre Brasil e Arábia Saudita de 1984. O novo acordo terá a validade de cinco anos, prorrogável pelo mesmo período, e prevê a instituição de um Comitê Militar Conjunto, a ser liderado pelos ministros da defesa de ambos os países (Brasil 2024b).

Índia. Em outubro de 2025, o vice-presidente Geraldo Alckmin e o ministro da defesa, José Múcio, reuniram-se com o ministro da defesa indiano, Rajnath Singh, em Nova Délhi. Esta reunião de alto nível foi precedida pela 11ª edição do Diálogo Político-Militar Brasil-Índia (Mecanismo 2+2), ocorrido também na capital indiana em 2024 (a 2ª edição ocorreu em Brasília em 2025). Tais iniciativas materializam a decisão do presidente Lula e do primeiro-ministro da Índia, Narendra Modi, de aprofundar a cooperação no setor. Como resultado, comandantes das forças armadas de ambos os países estabeleceram tratativas de cooperação em treinamento militar e manutenção

dos submarinos franceses Scorpène, presentes em ambas as marinhas (Brasil 2025). Esta aproximação representa um salto na diversificação de parceiros militares do Brasil e revela o potencial dessa parceria quando comparado à grandeza desses países. Lembra-se de que, em 2015, o *U.S. Naval War College* organizou o workshop de marinhas aliadas “Regional Maritime Cooperation”, na Escola de Guerra Naval. Portanto, dez anos separam esses eventos, partindo-se da mediação estadunidense para uma relação cada vez mais fortalecida entre Brasil e Índia.

Nesse sentido, o mote desta cooperação será o das compras militares com potenciais benefícios para ambas as bases industriais. A Índia já manifestou interesse em adquirir seis aeronaves Embraer E-145 para conversão em plataformas de alerta avançado e controle aéreo. Nota-se que a Embraer almeja ainda vender a aeronave multimissão KC-390 Millennium à Índia, inclusive com a perspectiva de coprodução com a empresa indiana Mahindra Systems. Assim, anunciou que irá abrir um escritório regional em Nova Délhi. Há, portanto, possibilidade de parcerias industriais, transferência de tecnologia e coprodução de equipamentos, principalmente nas áreas de sistemas aéreos, radares, munições e veículos blindados (Brasil 2025).

A decisão de aproximação com a Índia é amparada em 77 anos de relações diplomáticas. Desde 2006, Brasil e Índia mantêm uma “parceria estratégica” e cooperam intensamente em fóruns como BRICS, G20 e IBAS (fórum de diálogo e cooperação trilateral entre Índia, Brasil e África do Sul). Note-se, ainda, que as marinhas do IBAS (IBSA, em inglês) realizam, periodicamente desde 2008, o exercício naval IBSAMAR a fim de fortalecer a interoperabilidade e a segurança marítima, bem como simular combates e operações aeronavais entre os três países.

Nota-se, por oportuno, a importância estratégica da África do Sul em relação à rota marítima do Cabo, uma das principais alternativas de navegação global ao Canal de Suez. Destaca-se, nesse sentido, a participação da marinha sul-africana no exercício naval *Will for Peace*, ocorrido em janeiro de 2026. Organizada pela China, Rússia e Irã, esta operação visa à proteção de rotas comerciais e à interoperabilidade entre marinhas no âmbito do BRICS+ num momento de tensão geopolítica elevada diante dos ataques dos EUA ao Irã. Note-se que o Brasil está presente nas manobras somente como observador, postura também adotada pela Indonésia e pela Etiópia (Poder Naval 2026).

O exemplo indiano demonstra como a diversificação de parceiros poderá reduzir a dependência do Brasil, especialmente num momento de escalada dos investimentos em produtos de defesa. Além disso, fortalece a cooperação com os parceiros do Sul Global. Nesse sentido, é importante para o Brasil buscar parceiros que compartilhem da “mesma ambição de

desenvolver uma capacidade autônoma de defesa, ancorada na confiança mútua e na busca de soluções tecnológicas próprias”, nas palavras do vice-presidente Geraldo Alckmin (Brasil 2025).

Coreia do Sul. Em outubro de 2025, o Brasil e a Coreia do Sul celebraram um memorando de entendimento para a cooperação tecnológica, a transferência de conhecimento e o codesenvolvimento de sistemas de defesa. O acordo abrange as áreas de aviação, artilharia, comunicações e cibersegurança. Além disso, prevê estudos conjuntos sobre sistemas de propulsão, radares e veículos militares de próxima geração. Enquanto a Coreia do Sul busca ampliar a exportação de produtos de defesa, o Brasil busca a diversificação de fornecedores para diminuir a dependência dos países membros da OTAN.

Este acordo poderá resultar na produção conjunta de drones, veículos blindados e sistemas de mísseis de médio alcance, bem como em programas de treinamento e intercâmbio entre as forças armadas dos dois países. A Coreia do Sul já demonstrou interesse na aquisição de aeronaves Embraer KC-390 Millennium. Além disso, o país asiático é detentor de tecnologias de defesa antiaérea buscadas pelo Exército Brasileiro, como os radares AESA, os sistemas de mísseis de defesa aérea e a propulsão híbrida. Espera-se que a primeira reunião técnica para a implementação deste acordo ocorra ainda em 2026, com foco na interoperabilidade de sistemas e no treinamento de oficiais (Budeguer 2025).

O alinhamento aos EUA que impede a diversificação

Durante o tarifaço promovido por Trump contra o Brasil, em 2025, especula-se que o Governo Lula cogitou barrar a compra de equipamentos militares dos EUA, tal como havia sido feito contra Israel diante da ofensiva genocida em Gaza. Lula buscaria, com isso, substituir a dependência dos EUA por equipamentos da China, da Europa e da Rússia. Contudo, a despeito do péssimo momento nas relações bilaterais, que mais do que provocações contra o presidente Lula, marcou-se pela ausência de um embaixador estadunidense para o País, os exercícios militares e o cumprimento dos contratos vêm sendo assegurados pelos militares, ainda que em contradição com a política externa do País (Bonin 2025).

Um exemplo ilustra tal descompasso entre a política externa e a autonomia dos militares brasileiros nas aquisições no exterior. Ainda em 2024, a despeito dos esperados solavancos no cenário político internacional decorrentes do retorno de Trump à Casa Branca, uma comitiva do Exército Brasileiro foi a Washington para negociar a compra de vinte helicópteros

Black Hawk, além de peças de reposição, treinamento e mísseis Javelin. Este caso ilustra como o escritório do Exército em Washington realiza aquisições descasadas com as demandas das demais Forças. Além disso, expõe como tal autonomia para negociar diretamente no exterior, em razão da debilidade do Ministério da Defesa em centralizar tais aquisições, assegura a dependência do País em material bélico estadunidense (Campos 2025a; Campos 2025b).

Entre os estudiosos de defesa, paira a percepção de que os militares brasileiros aceitam a dependência e a subordinação do país aos interesses dos EUA. Esta é, por exemplo, a posição do professor Carlos Eduardo da Rosa Martins, do Instituto de Relações Internacionais e Defesa da UFRJ. Em razão disso, o poder militar brasileiro não contribui com uma política externa capaz de assegurar o interesse nacional no entorno estratégico – vide a falta de força do governo Lula III de impedir, notadamente por mediação, a intervenção militar estadunidense resultante no sequestro do presidente venezuelano, Maduro, em janeiro de 2026.

Tal dependência e subordinação impedem o governo de colocar em prática as diretrizes estabelecidas nos documentos de defesa nacionais e fundamentadas nos princípios constitucionais que orientam as relações exteriores do Brasil, notadamente o da autodeterminação dos povos. Assim, tal posição ideológica dos militares brasileiros é por si só um fator limitador de qualquer diversificação das parcerias. Segundo Martins, “o máximo a que aspiram é uma colaboração com os Estados Unidos, quem sabe um status de membro associado da OTAN, alguma assistência em troca de alinhamento. Não há um projeto próprio de usar nossas capacidades para criar uma base tecnológica autônoma” (Campos 2026).

A crítica de estudiosos em defesa é acompanhada pelos órgãos de controle externo. Por exemplo, o Tribunal de Contas da União (TCU), órgão do Congresso Nacional de fiscalização, identificou em auditoria sobre compras militares falhas na publicidade das licitações, uso indevido de suprimento de fundos para aquisição de bens duráveis, irregularidades contábeis, fragilidade nos controles internos e favorecimento a determinadas empresas. Quanto à última falha, o TCU apontou que o Ministério da Defesa mantém uma portaria que direciona aquisições das Forças Armadas a empresas estrangeiras em detrimento das nacionais, comprometendo os objetivos de desenvolvimento do País (TCU 2025; Campos 2025c).

Nota-se que as aquisições no setor de defesa são particularmente mais propensas à corrupção e a interesses escusos devido ao sigilo das negociações. A necessidade de sigilo decorre, notadamente, do alcance da parceria, que geralmente envolve aproximação entre governos para garantir a continuidade do fornecimento. Assim, critérios objetivos habitualmente vistos em licitações,

como técnica e preço, são geralmente abrandados por interesses de política externa. Contudo, apesar da existência do Ministério da Defesa desde 1999, cabe ainda a cada Força estipular a necessidade, analisar o mercado, negociar a demanda e as condições de pagamento e de compensações. Além disso, cada Força avalia a qualidade do produto entregue ou serviço prestado e zela pela execução do contrato, inclusive com a verificação, negociação e ajuste do equilíbrio econômico-financeiro contratual. Em outras palavras, não há controle ministerial efetivo a fim de segregar as diferentes fases do processo de aquisição de modo a evitar conflitos de interesses.

A aproximação com a China e a tentativa de vender parte da Avibras

Por ocasião de seu retorno à presidência em 2023, Lula anunciou acordos com a China durante sua visita a Beijing, ocorrida no mesmo ano. O aspecto mais significativo do estreitamento das relações foi a visita do comandante do Exército Brasileiro, General Tomás Paiva, à China em junho de 2024. Nessa ocasião, o general Tomás se reuniu com o ministro da Defesa chinês, almirante Dong Jung, e visitou a Norinco, uma indústria militar localizada em Beijing. Esta visita sugeriu o endosso do governo brasileiro à aquisição pela Norinco de 49% das ações da empresa brasileira Avibras Indústria Aeroespacial, que enfrentava dificuldades financeiras (Defesanet 2024).

A importância estratégica da Avibras se dá na sua capacidade de produzir um sistema de lançamento de foguetes e mísseis chamado ASTROS, que pode destruir alvos terrestres em um alcance de 300 quilômetros (Avibras 2024). A Avibras Indústria Aeroespacial S/A é uma empresa privada, localizada em São José dos Campos, no estado de São Paulo, com mais de 50 anos de experiência. Uma mudança na gestão da empresa afetou suas finanças, e seus funcionários enfrentam atrasos salariais. Curiosamente, de referência no desenvolvimento de produtos de defesa no Hemisfério Sul, a Avibras entrou também na história do movimento operário brasileiro, pois seus trabalhadores penam com atrasos nos salários há quase três anos (Ficher 2026).

Por sua vez, a Norinco (nome oficial em inglês para *China North Industries Corporation*, 北方工) foi fundada em 1980 e é a pedra angular do desenvolvimento de equipamentos do Exército Popular de Libertação (PLA). A Norinco serve de instrumento para a implementação das estratégias “Going Global” e “Belt and Road Initiative” da China (China Daily 2019; Xinhua

2024a).

Além da Norinco, que apresentou sua carta de intenções apenas um mês antes da visita do General Tomás, outras duas empresas chegaram a disputar a aquisição das ações da Avibras: a australiana DefendTex e uma empresa dos Emirados Árabes Unidos. Os Estados Unidos apoiaram a DefendTex e sugeriram sanções contra a Avibras caso a Norinco fosse bem-sucedida. A proposta da Norinco, no entanto, previa manter o controle acionário em mãos brasileiras, o que seria mais conveniente para o Brasil devido à importância estratégica da empresa para as capacidades do Exército Brasileiro.

A expectativa à época era a de que, se a Norinco vencesse essa disputa, a cooperação em matéria de defesa entre o Brasil e a China passaria de um mero intercâmbio de estudantes militares para a produção industrial e o desenvolvimento de sistemas de armas em uma escala nunca antes vista pelo Brasil em sua relação com os Estados Unidos. O Brasil já possui uma longa parceria com a China em satélites. No entanto, se essa parceria fosse bem-sucedida, seria uma oportunidade pioneira para a cooperação em tecnologias militares. A visita mencionada foi citada de forma discreta na imprensa chinesa:

O Ministro da Defesa chinês, Dong Jun, reuniu-se na segunda-feira com o Comandante do Exército brasileiro, Tomás Ribeiro Paiva, em Beijing. Observando que este ano marca o 50º aniversário do estabelecimento de relações diplomáticas entre a China e o Brasil, Dong afirmou que a relação entre as duas forças armadas desfruta de uma base sólida para a cooperação e de amplos interesses comuns, e que o aprofundamento dessa relação apresenta grandes perspectivas.

Dong pediu que ambos os lados intensifiquem os intercâmbios, aprendam um com o outro e elevem as relações militares sino-brasileiras a um novo patamar.

Tomás afirmou que o Exército Brasileiro está disposto a fortalecer ainda mais a comunicação e os intercâmbios com seu homólogo chinês e aprofundar a cooperação em diversas áreas (Xinhua 2024b, tradução nossa³).

³ No original: “Chinese Defense Minister Dong Jun on Monday met with Brazilian Army Commander Tomás Ribeiro Paiva in Beijing. Noting that this year marks the 50th anniversary of the establishment of diplomatic relations between China and Brazil, Dong said the relationship between the two militaries enjoys a solid foundation for cooperation and extensive common interests, and deepening this relationship holds broad prospects. Dong called on both sides to enhance exchanges, learn from each other, and take China-Brazil military relations to a new height. Tomás said that the Brazilian army is willing to further

Como sugere a nota acima, Brasil e China cooperam há muitos anos (Marcondes, Batista Barbosa 2018; OPEB 2023). Por exemplo, a presidente Dilma celebrou com o país asiático um acordo de cooperação em matéria de defesa em abril de 2011 (Barros et al. 2024). Mesmo durante o governo Bolsonaro, ambos os países concordaram em defender o multilateralismo e o papel central das Nações Unidas na paz e segurança.

A visita do presidente Lula ao presidente Xi Jinping em Beijing, em abril de 2023, resultou no anúncio do fortalecimento da parceria estratégica. Já em junho de 2023, 18 generais chineses de alta patente visitaram o Quartel-General do Exército Brasileiro, o que tem alto valor simbólico por demonstrar a disposição de ambos os países em produzir parcerias de interesse da defesa. No entanto, essa troca ainda não resultou em uma cooperação mais profunda em assuntos militares. Em 2024, por exemplo, o Brasil mantinha apenas dois adidos militares na China. Em comparação, o Brasil possui quatro adidos militares nos EUA e escritórios de cooperação de cada Força em Washington. A iniciativa da Norinco em tentar adquirir parte expressiva da Avibras, que envolveu negociação diplomática e confiança mútua, foi o primeiro passo, ainda que fracassado, para um potencial acordo significativo entre os dois países. Esse exemplo, por envolver a base industrial de defesa, pode servir de inspiração para outros membros do BRICS, a exemplo da aproximação da Embraer na Índia.

Outra oportunidade de cooperação entre os membros do BRICS reside no campo das comunicações e satélites. Existe um grande potencial para cooperação e investimento em tecnologias da informação e comunicação. Brasil e China, por exemplo, já assinaram Memorandos de Entendimento sobre o assunto para incentivar mecanismos que favoreçam a criação de associações (“joint ventures”) e parcerias tecnológicas entre empresas dos dois países. Brasil e China também lançaram um programa de satélite bem-sucedido, apesar de existirem críticas quanto à falta de ganho tecnológico para o Brasil (Almeida Filho 2025, 287-301).

O Programa de Satélites de Recursos Terrestres China-Brasil (CBERS), estabelecido em 1988, visa fortalecer e expandir a cooperação para o uso pacífico do espaço exterior, enfatizando o desenvolvimento conjunto de novas tecnologias e projetos com elementos de transferência de tecnologia. Membros do BRICS, Brasil e China concordaram em expandir a cooperação em áreas como a exploração lunar e o espaço profundo. Além disso, essa parceria inclui

strengthen communication and exchanges with its Chinese counterpart and deepen cooperation in various fields” (Xinhua 2024b).

o desenvolvimento do Radiotelescópio BINGO, atualmente em construção no Brasil, voltado para a pesquisa da matéria escura. Contudo, essa parceria não é meramente bilateral, pois tem o potencial de incluir outros membros. Por exemplo, Brasil e China declararam a meta de desenvolver a Constelação de Satélites de Sensoriamento Remoto do BRICS, um exemplo de cooperação Sul-Sul com benefícios para todos os envolvidos (Brasil 2023).

O desenvolvimento conjunto bem-sucedido de satélites ilustra como os BRICS podem cooperar em segurança e defesa. Este campo é particularmente sensível a sanções unilaterais e está intrinsecamente relacionado ao desenvolvimento de um sistema multipolar, uma vez que os países soberanos devem buscar reduzir sua dependência da potência hegemônica em termos de indústria militar e de comunicações estratégicas.

Considerações finais

Este artigo buscou identificar tentativas de diversificação de parcerias do governo Lula III em defesa nacional entre 2023 e 2025. Projetos como o das fragatas construídas no Brasil demonstram que ocorreram iniciativas relevantes de diversificação de fornecedores e de parceiros no desenvolvimento de projetos na área de defesa. Nesse sentido, atenção deve ser dada ao EDGE Group, dos Emirados Árabes, que vem adquirindo empresas de defesa brasileiras.

Ênfase foi dada à aproximação com a China e à tentativa de venda de parte da empresa Avibras a uma empresa estatal daquele país. A despeito do teor nacionalista dos documentos de defesa, o governo Lula III empenhou-se em tal negociação como modo de aproximar a Avibras, empresa estratégica em tecnologias de lançamento de foguetes, da estatal chinesa Norinco. Apesar de o negócio não ter avançado, este caso demonstra um interesse de aproximação inédito com a China no setor da indústria de defesa. Se examinado apenas o período entre 2023 e 2025, o caso Avibras parece demonstrar a dificuldade do governo Lula III em dar solução nacional ao futuro da empresa. Vale notar que a queda das compras do governo brasileiro acelerou o endividamento da Avibras a partir de 2020, resultando na suspensão de suas atividades em 2022. Entre 2024 e 2025, além da chinesa Norinco, ao menos outros dois grupos estrangeiros, a australiana DefendTex e a saudita Black Storm Military Industries, manifestaram interesse em adquirir o controle da empresa (LRCA Defense Consulting 2026).

Em abril de 2026, a Avibras voltou às atividades em arranjo comercial com aporte de R\$ 300 milhões do empresário Joesley Baptista, do grupo

JBS (Gouvea de Andrade 2026). Já no mês seguinte, o Ministério da Defesa reconheceu a nova entidade como uma empresa estratégica de defesa (Avibras Aeroco 2026), o que a beneficia com regime fiscal privilegiado. Esta engenharia empresarial permite especulações sobre a razão de um investidor do setor de alimentos ter salvado a empresa. Nota-se que a JBS se tornou a maior produtora mundial de proteína animal graças aos empréstimos nos governos Lula I e II concedidos pelo banco federal BNDES, titular atualmente de 20% das ações do grupo em razão das ações dadas em garantia (JBS 2025).

O fato é que, diante do aumento dos investimentos em defesa anunciados pelo governo federal em 2025 (Queiroz 2026), que acompanha a tendência global, o equilíbrio financeiro da nova Avibras parece estar próximo. A visita do presidente Lula, em julho de 2026, na cerimônia de retomada da linha de produção da empresa em Jacareí, acompanhado do Vice-Presidente Geraldo Alckmin, do Ministro da Defesa, José Múcio, e da Ministra de Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, além dos três comandantes militares, demonstra o reconhecimento do governo da importância estratégica da empresa, que continua brasileira (Garcia 2026). Tal visita é marcada por grande simbolismo, pois como ex-metalúrgico e ex-sindicalista, Lula pôde participar, e muito provavelmente tenha contribuído, para o renascimento de uma empresa marcada por um dos casos mais emblemáticos de colapso industrial recente, que já entrou para a história do movimento operário brasileiro.

Referências

- Aeroin. 2026. “Empresa árabe e espanhola fecham parceria para desenvolvimento de radares no Brasil”, 16 de abril. <https://aeroin.net/empresa-arabe-e-espanhola-fecham-parceria-para-desenvolvimento-de-radares-no-brasil/>
- Agência Força Aérea. 2024. “Operação Raízes do Cedro”. <https://www.fab.mil.br/noticias/mostra/43258/OPERA%C3%87%C3%83O%20RA%C3%8DZES%20DO%20CEDRO%20-%20FAB%20j%C3%A1%20resgatou%20mais%20de%201.100%20brasileiros%20em%20repatria%C3%A7%C3%A3o%20no%20L%C3%ADBano>
- Agência Marinha de Notícias. 2023. “Marinha e Grupo EDGE assinam acordo para acelerar o desenvolvimento de míssil antinavio”, 16 de junho. <https://www.agencia.marinha.mil.br/ciencia-e-tecnologia/marinha-e-grupo-edge-assinam-acordo-para-acelerar-o-desenvolvimento-de->

missil.

- Agência Senado. 2025. “CRE aprova acordo que amplia cooperação na área de defesa entre Brasil e Benin”. *Agência Senado*, 9 de dezembro. <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2025/12/09/cre-aprova-acordo-que-amplia-cooperacao-na-area-de-defesa-entre-brasil-e-benin>
- Almeida Filho, Raimundo. 2025. *O Brasil na era espacial*. Viseu.
- Avibras Aeroco. 2026. “Avibras Aeroco marca nova fase da indústria de defesa e aeroespacial brasileira”, 29 de abril. <https://avibrasaeroco.com/avibras-aeroco-marca-nova-fase-da-industria-de-defesa-e-aeroespacial-brasileira/>
- Avibras. 2024. “Astros”. <https://www.avibras.com.br/site/areas-de-atuacao/defesa/astros.html>
- Barros, Pedro Silva; Lima, Raphael Camargo; Barros, Paula Macedo. 2024. O Setor de defesa brasileiro no exterior: desafios, oportunidades e subsídios para a revisão dos documentos de defesa (Publicação Expressa). *Ipea*, fevereiro. 80 p.: il. Mapas. (Texto para Discussão, n. 2973). <http://dx.doi.org/10.38116/td2973-port>.
- Bonin, Robson. 2025. “Lula avalia boicote a produtos militares dos EUA e alarma caserna”. *Revista Veja*, 15 de agosto. <https://veja.abril.com.br/coluna/radar/lula-avalia-boicote-a-produtos-militares-dos-eua-e-alarma-caserna/>
- Brasil. 2023. “Joint Communiqué between the Federative Republic of Brazil and the People’s Republic of China on the Deepening of their Global Strategic Partnership”. *Ministério das Relações Exteriores*, 14 de abril. https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-conjunta-entre-a-republica-federativa-do-brasil-e-a-republica-popular-da-china-sobre-o-aprofundamento-da-parceria-estrategica-global-pequim-14-de-abril-de-2023
- Brasil. 2024a. “Parcerias e acordos em Defesa”. *Ministério da Defesa*. <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/relacoes-internacionais/cooperacao-internacional>
- Brasil. 2024b. “Brasil e Arábia Saudita assinam acordo de cooperação em defesa”. *Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)*, 4 de junho. <https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/noticias/2024/junho/brasil-e-arabia-saudita-assinam-acordo-de-cooperacao-em-defesa#:~:text=Brasil%20e%20Ar%C3%A1bia%20Saudita%20assinam%20acordo%20de,Minist%C3%A9rio%20do%20Desenvolvimento%2C%20Ind%C3%BAstria%2C%20Com%C3%A9rcio%20e%20Servi%C3%A7os>

- Brasil. 2025. “Brasil e Índia dialogam sobre oportunidades de cooperação em Defesa”. *Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)*, 15 de outubro. <https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/noticias/2025/outubro/brasil-e-india-dialogam-sobre-oportunidades-de-cooperacao-em-defesa>.
- Budeguer, Noel. 2025. “Brasil e Coreia do Sul assinam acordo histórico de defesa em Seul, com foco em tecnologia, drones e mísseis”. *Revista Sociedade Militar*, 22 de outubro. <https://www.sociedademilitar.com.br/2025/10/brasil-e-coreia-do-sul-assinam-acordo-historico-de-defesa-em-seul-com-foco-em-tecnologia-drones-e-misseis-nbd.html>
- Campos, 2025c. “TCU mira compras militares das Forças Armadas no exterior, aponta favorecimento a empresas e pressiona Defesa a diminuir contratos fora do país”. *Revista Sociedade Militar*, 16 de dezembro. <https://www.sociedademilitar.com.br/2025/12/tcu-irregularidades-compras-militares-exterior-defesa-wvt.html>
- Campos. 2025a. “Exército é contra boicote à compra de armamentos militares dos EUA sugerido por ala radical do governo”. *Revista Sociedade Militar*, 15 de agosto. <https://www.sociedademilitar.com.br/2025/08/exercito-brasileiro-armamentos-militares-eua-wvt.html>.
- Campos. 2025b. “Fabricante brasileiro esclarece crítica à aquisição de fuzis estrangeiros pela Marinha”. *Revista Sociedade Militar*, 21 de dezembro. <https://www.sociedademilitar.com.br/2025/12/fabricante-brasileiro-acusa-marinha-ignorar-fuzil-nacional-favorecer-eua-wvt.html>
- Campos. 2026. “Militares do Brasil aceitam subordinação aos EUA, diz especialista, e país abre mão da autonomia estratégica”. *Revista Sociedade Militar*, 7 de janeiro. https://www.sociedademilitar.com.br/2026/01/militares-brasil-subordinacao-eua-autonomia-estrategica-wvt.html#goog_rewarded
- Cardoso, Marcelo. 2025. “Embraer fecha acordo de transferência de tecnologia do KC-390 com a Polônia”. *Aeromagazine*, 2 de dezembro. <https://aeromagazine.uol.com.br/artigo/embraer-acordos-pgz-parceria-defesa-polonia.html>.
- China Daily. 2019. “China North Industries Group Corporation Limited (Norinco Group)”. 19 de abril. <https://govt.chinadaily.com.cn/s/201904/19/WS5cb99660498e079e6801e9be/china-north-industries-group-corporation-limited-norinco-group.html>
- CNN Brasil. 2026. “Entrevista com Rodrigo Torres, CFO da EDGE”. *Hot Market*, 19 de abril. https://www.youtube.com/live/Qr6l5WbtOLY?si=IC_kK3XmBm_DYtDr

- Defesanet. 2024. “Comandante do Exército Brasileiro visita indústria chinesa de armas em meio a negociação da AVIBRAS”. 10 de julho. <https://www.defesanet.com.br/brasilchina/comandante-do-exercito-brasileiro-visita-industria-chinesa-de-armas-em-meio-a-negociacao-da-avibras/>
- EDGE Group. 2025. “EDGE, SIATT and the Brazilian Navy advance to the next phase in the development of the MANSUP-ER anti-ship missile”. 3 de abril. <https://edgegroup.ae/news/edge-siatt-and-brazilian-navy-advance-next-phase-development-mansup-er-anti-ship-missile>
- EDGE Group. 2026. “EDGE and the Brazilian Navy Strengthen Strategic Cooperation in Cyber Defence Capabilities”. 15 de abril. <https://edgegroup.ae/news/edge-and-brazilian-navy-strengthen-strategic-cooperation-cyber-defence-capabilities>
- Embraer. 2023. “Primeiro KC-390 Millennium na configuração OTAN entra em serviço na Força Aérea Portuguesa”. 19 de outubro. <https://www.embraer.com/media-center/pt/?mediatype=NEWS&detail=13991-Primeiro-KC-390-Millennium-na-configura%C3%A7%C3%A3o-OTAN-entra-em-servi%C3%A7o-na-For%C3%A7a-A%C3%A9rea-Portuguesa>
- FAP. 2025. “Formalizada aquisição do sexto KC-390 para a Força Aérea”. *Força Aérea Portuguesa (FAP)*, 17 de setembro. <https://www.emfa.pt/noticia-5309-formalizada-aquisicao-do-sexto-kc390-para-a-forca-aerea>
- Ficher, Alisson. 2026. “Após quase 4 anos de crise, Avibras tenta renascer: trabalhadores liberam acordo e fábrica pode reabrir em 2026 com governo e Exército no centro das negociações”. *Revista Sociedade Militar*, 24 de janeiro. <https://www.sociedademilitar.com.br/2026/01/apos-quase-4-anos-de-crise-avibras-tenta-renascer-trabalhadores-liberam-acordo-e-fabrica-pode-reabrir-em-2026-com-governo-e-exercito-no-centro-das-negociacoes-afch.html>
- Garcia, Edmon. 2026. Youtube, canal Brasil com Ciência, #BCC340 - Lula reinaugura Avibras e promete investimentos em Defesa, 27 de julho. <https://www.youtube.com/watch?v=OW4FokEeaUg&t=1443s>
- Gouvea de Andrade, Matheus. 2026. “O que investimento de Joesley Batista em fabricante brasileira de armamentos em dificuldade indica sobre boom do setor bélico”. BBC Brasil, 15 de maio. <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c4g4mmg22djo>
- Infomoney. 2026. “Como o Brasil virou peça-chave da estratégia de defesa da EDGE, dos Emirados Árabes”. 17 de abril. <https://www.infomoney.com.br/business/como-o-brasil-virou-peca-chave-da-estrategia-de->

defesa-da-edge-dos-emirados-arabes/

- JBS. 2025. “J&F e BNDES fecham acordo para Dupla Listagem da JBS”. 17 de março. <https://www.jbs.com.br/imprensa/jf-e-bndes-fecham-acordo-para-dupla-listagem-da-jbs/>
- LRCA Defense Consulting. 2026. “Avibras S.A. e Avibras Aeroco: como a mesma marca virou duas empresas diferentes”. 6 de julho. <https://www.lrcadefenseconsulting.com/2026/07/avibras-sa-e-avibras-aeroco-como-mesma.html>
- Marcondes, Danilo; Batista Barbosa, Pedro Henrique. 2018. “Brazil-China Defense Cooperation: A Strategic Partnership in the Making?”. *Journal of Latin American Geography* 17 (2): 140–66. <http://www.jstor.org/stable/44861540>
- OPEB. 2023. “Relação militar-diplomática entre Brasil e China”. *Observatório de Política Externa e da Inserção Internacional do Brasil (OPEB)*. <https://opeb.org/2023/06/13/relacao-militar-diplomatica-entre-brasil-e-china/>
- OTAN. 2025. “NATO Summit in The Hague”. *Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)*. <https://www.nato.int/en/news-and-events/events/2025/6/overview---2025-nato-summit-in-the-hague>
- Padilha, Luiz. 2017. “Brasil abandona projeto de defesa antiaérea da Rússia”. *Defesa Aérea & Naval*, 4 de fevereiro. <https://www.defesaaereanaval.com.br/naval/brasil-abandona-projeto-de-compra-de-defesa-antiaerea-da-russia>
- Poder Naval. 2024. “SIATT fecha acordo de US\$ 350 milhões com o governo dos Emirados Árabes Unidos”. 29 de setembro. <https://www.naval.com.br/blog/2024/09/29/siatt-fecha-acordo-de-us-350-milhoes-com-o-governo-dos-emirados-arabes-unidos/>
- Poder Naval. 2026. “África do Sul inicia exercícios navais com China, Rússia e Irã próximos à rota marítima do Cabo”. *Poder Naval*, 10 de janeiro. <https://www.naval.com.br/blog/2026/01/10/africa-do-sul-inicia-exercicios-navais-com-china-russia-e-ira-proximos-a-rota-maritima-do-cabo/>
- Queiroz, Gustavo. 2026. “O que explica o aumento de gastos militares no governo Lula”. *DW*, 21 de maio. <https://www.dw.com/pt-br/o-que-est%C3%A1-por-tr%C3%A1s-do-aumento-de-gastos-militares-no-governo-lula/a-77253628>
- TCU. 2025. Acórdão 2892/2025, Plenário, Relator Weder de Oliveira, Sessão de 3 de dezembro de 2025, *Tribunal de Contas da União (TCU)*. https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/documento/acordao-completo/*/

KEY:ACORDAO-COMPLETO-2657776/NUMACORDAOINT%20asc/o

TV Brasil. 2023. “Embraer e empresas portuguesas assinam acordo para adaptação de aeronave”. 24 de outubro. <https://www.youtube.com/watch?v=sHFMKVkrVWQ&t=13s>

Xinhua. 2024a. “China releases report on implementation of global security initiative”. 18 de julho. <https://english.news.cn/20240718/a6fa7964260a4754affca5bc6bc90bb8/c.html>

Xinhua. 2024b. “Chinese defense minister meets Brazilian army commander”. 8 de julho. <https://english.news.cn/20240708/088fabca446842baaf67c63c8cba528b/c.html>

RESUMO

O artigo analisa as iniciativas do governo Lula III para diversificar as parcerias do Brasil na área de defesa entre 2023 e 2025, destacando tanto avanços significativos quanto obstáculos estruturais. Por um lado, o período registrou acordos inéditos com atores não tradicionais, como o EDGE Group dos Emirados Árabes, além de aproximações com Índia, Coreia do Sul, Arábia Saudita e Benin, e a consolidação da parceria com Portugal, que ampliou o acesso da Embraer ao mercado da OTAN. Por outro lado, a tentativa de vender parte da Avibras à chinesa Norinco fracassou, evidenciando a dificuldade de concretizar parcerias com o Sul Global em setor estratégico. O estudo aponta que, apesar do discurso oficial de fortalecimento da indústria nacional e redução da dependência externa, a autonomia das Forças Armadas nas aquisições, o alinhamento técnico-militar aos Estados Unidos e as fragilidades de governança do Ministério da Defesa limitam a efetiva diversificação, mantendo o Brasil predominantemente vinculado a fornecedores da OTAN e refletindo um descompasso entre a política externa presidencial e a prática institucional das Forças.

PALAVRAS-CHAVE

Defesa nacional, Cooperação internacional, Relações Brasil-China

*Recebido em 22 de julho de 2026
Aprovado em 28 de julho de 2026*